

# Sistemas agrícolas, questão agrária e fatores decisórios: a trajetória dos agricultores assentados - um estudo de caso.

Alexandre Luís Giehl<sup>1</sup>  
Eros Marion Mussoi<sup>2</sup>

## Resumo

Ao serem assentados num determinado local, os agricultores beneficiários do processo de reforma agrária passam a criar formas aparentemente diferenciadas de interagir com esse novo meio. Na configuração dessas formas de interação, participam tanto as idéias novas (oriundas das mudanças representadas pelo assentamento), quanto as experiências anteriores. No presente artigo, procura-se analisar a importância de alguns aspectos ligados à trajetória de vida dos assentados na determinação das práticas produtivas adotadas por eles. Para tanto, realizou-se um estudo de caso no Assentamento Domingos Carvalho, município de Rio Negrinho/SC, avaliando questões relacionadas à herança cultural camponesa, especificidades da agricultura familiar, saber tradicional e agricultura de subsistência, com o intuito de discutir o papel de cada uma delas nos processos decisórios.

## Abstract

When the farmers beneficiary by the land reform process are allocated at a specific place, they start to create apparently different forms to interact with this new environment. At the configuration of these new interaction forms, take parts both the new ideas (originating from the changes represented by the “assentamento”), and the previous experiences. In this article, we try to find out analyze the importance of some aspects linked to the established farmers’ (“assentados”) life trajectory, at the determination of the agricultural practices adopted by them. To do this, we carried out a case study at Assentamento Domingos Carvalho, located in Rio Negrinho (SC) countryside, evaluating questions related to the peasant cultural heritage, the household farmer peculiarities, the traditional knowledge and the subsistence agriculture, with the purpose to discuss the role of each one in the taking decisions processes.

## Apresentação

O presente artigo foi estruturado a partir das reflexões surgidas durante a elaboração da dissertação de mestrado no curso de Agroecossistemas/UFSC, constituindo-se numa versão resumida de um dos capítulos daquele trabalho. Na dissertação, buscou-se analisar os *fatores decisórios* que contribuem na adoção de um determinado sistema produtivo por parte dos agricultores assentados. Para tanto, realizou-se um estudo de caso no Assentamento Domingos Carvalho, localizado no município de Rio Negrinho/SC. A pesquisa de campo foi realizada durante os meses de julho e agosto de 2001, por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação participante. Do total de 33 famílias assentadas, foram visitadas e entrevistadas 32.

O pressuposto de que a compreensão das idéias, valores e decisões dos assentados não se faz por meio de uma simples *fotografia* do assentamento (a análise de um momento estático e

<sup>1</sup> Eng.º Agrônomo, mestrando em Agroecossistemas/UFSC. E-mail: [giehl@bol.com.br](mailto:giehl@bol.com.br). Endereço: Rod. Admar Gonzaga, n.1346, Itacorubi, C.P. 476, Cep: 88.040-900, Florianópolis/SC. Fone: (048)331-5342.

<sup>2</sup> Eng.º Agrônomo, Msc., PhD em Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia. Técnico da Epagri, professor adjunto da UFSC. E-mail: [eros@epagri.rct-sc.br](mailto:eros@epagri.rct-sc.br). Endereço: Rod. Admar Gonzaga, n.1347, Itacorubi, C.P. 502, Cep: 88.034-901, Florianópolis/SC. Fone: (048)239-5533.

independente), pois as mesmas são fruto de um processo histórico e dinâmico, fez com que se optasse por tomar como base de reflexão e análise a *trajetória de vida* desses sujeitos<sup>3</sup>.

É preciso alertar que, dentro deste processo de análise, o foco de atenção ficou restrito a alguns aspectos considerados mais relevantes para o entendimento da questão levantada acima.

O fato de uma grande parcela dos assentados ter origem na chamada *agricultura familiar* e procurar reproduzir este *modo de vida* dentro dos assentamentos, nos leva a iniciar a discussão por este tema. Dessa forma, começaremos caracterizando e procurando traçar um rápido perfil da agricultura familiar, suas práticas, valores e modos de pensar e agir.

### ***A agricultura familiar: um tema controverso***

Na literatura que trata da *produção familiar* ou *agricultura familiar*, este é um conceito bastante controverso. Não pretende-se aqui adentrar em tal polêmica, pois isto fugiria aos objetivos do trabalho. Ao invés disso, se procurará tomar alguns pressupostos comuns às mais diversas correntes de análise para caracterizá-la. Obviamente, tal opção impossibilita qualquer atribuição de precisão ao conceito, coisa que, aliás, consideramos improvável e indesejável, haja vista que, como afirma LAMARCHE (1993), “a exploração familiar não é portanto um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade”.

De acordo com WANDERLEY (1999), a agricultura familiar não é uma categoria social recente ou uma nova categoria analítica da sociologia rural, mas a ênfase com que vem sendo tratada nos últimos anos no Brasil lhe atribuem ares de novidade. Segundo a autora, o agricultor familiar é visto como um *novo personagem*, diferente do *camponês tradicional*. Algumas análises tratam a agricultura familiar como uma espécie de *evolução* ou *modernização* do campesinato. Se assumimos como verdadeira (ou parcialmente verdadeira) esta afirmação, cabe-nos, primeiramente, procurar entender o que vem a ser o campesinato.

### ***A lógica camponesa***

LAMARCHE (1993) encara a *exploração camponesa* como um conceito de análise que define um modelo de funcionamento bem particular da exploração agrícola. Da mesma forma que a agricultura familiar, o campesinato é também, mais do que um *modo de produção*, um *modo de vida*, regido por uma série de princípios descritos por Chayanov (*apud* LAMARCHE, op.cit.): a) inter-relação

---

<sup>3</sup> Na dissertação analisamos também os projetos de vida (de futuro) dos assentados e sua contribuição nas tomadas de decisão, o que não será possível neste artigo em função da restrição de espaço. Tal análise baseia-se principalmente na constatação de LAMARCHE (1993), segundo o qual os agricultores “organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro”.

entre a organização da produção e as necessidades de consumo; b) o trabalho é essencialmente familiar; c) o objetivo é a produção de valores de uso e não valores de troca..

Mendras (*apud* LAMARCHE, 1993) apresenta cinco características para o que ele chama de *sociedades camponesas* (e que podem ser transpostas para as próprias unidades de produção camponesas): a) autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; b) importância estrutural do grupo doméstico; c) um sistema econômico de autarquia relativa; d) uma sociedade de inter-relacionamentos e; e) a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade em geral.

Mas o que nos interessa neste artigo, mais do que descrever as características que permitem identificar o camponês, é entender sua lógica de raciocínio e como esta afeta as decisões do seu cotidiano.

De acordo com Chayanov (*apud* ABRAMOVAY, 1998), a tomada de decisões se dá fundamentalmente em função de fatores internos à dinâmica da família camponesa. O que determina o comportamento camponês não é o interesse de cada membro individualmente, mas as necessidades oriundas da reprodução do grupo familiar. Esta internalização das decisões é possível graças à autonomia relativa desfrutada por estas unidades.

Mas quais são os fatores que presidem (ou conduzem) a tomada de decisões por parte desses agricultores? É o que discutiremos a seguir, abordando algumas teorias que procuram dar conta de responder a esta questão, embora sob um viés essencialmente econômico.

Uma primeira teoria, celebrizada pelo economista Theodore Schultz (SCHULTZ, 1964), encara o “agricultor tradicional”<sup>4</sup> como um maximizador de lucro. SCHULTZ afirma que “o setor agrícola em grande número de países pobres é relativamente eficiente no uso dos fatores de produção à sua disposição”. Ou seja, o camponês consegue maximizar o retorno econômico nas condições que se apresentam a ele. No entanto, tal assertiva trouxe consigo a conclusão de que, se os agricultores maximizavam o retorno dos meios de produção de que dispunham e mesmo assim permaneciam pobres, era necessário substituir a base produtiva a que eles tinham acesso. Este foi um dos dogmas que orientou a *Revolução Verde* e estimulou a adoção de novas tecnologias e insumos.

Ao contrário de Schultz, outros teóricos, como é o caso de Lipton (1968 *apud* ABRAMOVAY, 1998), definem o comportamento do camponês baseando-se em sua *aversão ao risco*. Segundo esta linha de pensamento, não é possível comparar o comportamento do camponês ao das empresas econômicas modernas, como Schultz faz, devido à existência de riscos diferenciados entre ambos. Para a empresa, ou mesmo para o que Lipton chama de “agricultor próspero do Ocidente”, um investimento equivocado pode representar, quando muito, a perda de parte do patrimônio físico ou,

---

<sup>4</sup> Interpretaremos a expressão “agricultor tradicional” como sinônimo de camponês.

em último caso, a falência do negócio. Contudo, para aquelas famílias de agricultores que vivem “dentro do limite estreito da subsistência, o prejuízo na colheita significa a fome, possivelmente a morte” (Lipton, 1968 *apud* ABRAMOVAY, 1998). Está em jogo mais do que a possibilidade de obtenção de uma renda adicional, mas a própria sobrevivência. Assim, o camponês seria um maximizador não de lucros, mas sim de *oportunidades de sobrevivência* (ou um *minimizador de riscos*). Esta teoria não despreza a idéia da “conduta racional”, mas percebe-a como atrelada ao objetivo primeiro da sobrevivência (seja enquanto indivíduo, ou enquanto sujeito social).

Uma terceira corrente de pensamento segue as idéias ‘chayanovianas’ e valoriza a relação existente entre as necessidades de consumo da família e o trabalho necessário para atingir tal nível (o chamado “balanço entre trabalho e consumo”). Segundo essa corrente (representada pelas idéias de Mellor, 1963; Sem, 1966 e Nakagima, 1969; *apud* ABRAMOVAY, op.cit.), é da relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades que irão depender as escolhas da família com relação à alocação de recursos (financeiros, materiais e humanos) para determinada atividade.

“Enquanto as necessidades básicas da família não forem atingidas, haverá disposição a um grande sacrifício em trabalho – embora com retorno econômico muito baixo. Uma vez alcançadas estas necessidades elementares, a estimativa feita em torno da utilidade de bens adicionais cai e aumenta a aversão à penosidade do trabalho” (ABRAMOVAY, op.cit.).

De acordo com essa teoria, a lógica produtiva do camponês associa-se diretamente à necessidade (ou interesse) de consumo da família. Aqui expressa-se bem uma das características fundamentais utilizadas por Chayanov para descrever a agricultura camponesa: a inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo.

Essas três teorias apontadas acima, como já dito anteriormente, procuram explicar o comportamento camponês a partir de uma visão essencialmente econômica. Contudo, não se pode tomar a *racionalidade econômica* como única determinante das opções empreendidas pelos agricultores. Uma série de outros critérios são utilizados por esses sujeitos no seu dia a dia. Segundo Galeski (1968, *apud* ABRAMOVAY, op.cit.), “as funções produtivas de uma família camponesa tradicional ligam-se organicamente à totalidade de suas funções econômicas, sociais e culturais”.

Um dos motivos para que rejeitemos a centralidade da racionalidade econômica nos processos decisórios é justamente o caráter incompleto e imperfeito que o *mercado* assume dentro das chamadas sociedades camponesas. Da mesma forma, o fato destas sociedades terem por característica o *interconhecimento*, faz com que as relações entre os seus componentes se dêem de outras formas que não através dos laços impessoais fornecidos pelo mercado (ABRAMOVAY, op.cit.). As relações sociais adquirem, assim, um caráter personalizado que se manifesta de diversas formas, como por exemplo a cooperação em determinadas atividades e o *espírito de reciprocidade* (WOORTMANN, 1990).

Esse modo de vida diferenciado, é regido por uma série de normas próprias e, no geral, implícitas, que regulam a atuação de seus membros. Um exemplo disso são as normas de uso da terra. Segundo ABRAMOVAY (1998), “o uso da terra responde a um conjunto de normas sociais sobre as quais a comunidade tem um poder decisório superior ao do indivíduo isoladamente e que extrapolam, freqüentemente, as próprias regras nacionalmente vigentes sobre as transferências de propriedades”.

### ***O valor simbólico da terra***

O uso do solo não é regulado apenas pelas normas sociais implícitas, mas pela própria relação que o camponês estabelece com sua terra. WANDERLEY (1995) aponta para a existência de um *valor afetivo* nesta relação, resultando em laços extremamente fortes que unem o agricultor “à terra a que pertence, e deverá continuar a pertencer, a sua família”. Mais do que um meio de produção ou uma mercadoria, afirma WANDERLEY (1999), a terra (e a sua propriedade) é encarada pelo camponês como uma condição necessária para sua própria existência enquanto tal, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e transmiti-la para as gerações seguintes.

De forma semelhante, BRANDÃO (1999) percebe uma relação “amorosa” entre os camponeses com a sua terra, denominada por eles próprios de “afeto pela terra”. Tal relação estaria ausente apenas entre os produtores já muito modernizados, cujo contato com a terra e os seus seres é reduzido e se dá de maneira mais pragmática do que simbólica. BRANDÃO reconhece que o *afeto* está presente com maior ênfase quando a terra é “própria” e, principalmente, quando é um “bem de raiz”, ou seja, a sua *socialização*<sup>5</sup> foi decorrente de um esforço despendido pelos ancestrais pioneiros e a posse da área perpassa várias gerações. Como diria um agricultor entrevistado pelo autor: “O trabalho de meu avô e o de meu pai estão enterrados nesta mesma terra onde agora eu planto”.

Paradoxalmente, esse ‘desejo’ e esse afeto à terra são também responsáveis pela grande *mobilidade* dos agricultores brasileiros. Expulsos pelos latifúndios (ou procurando fugir da opressão destes), um grande contingente se vê obrigado a migrar para outras regiões (as “regiões de fronteira”) em busca da tão sonhada terra e da chance de se manter como agricultor. O que à primeira vista, afirma WANDERLEY (1999), pode parecer falta de apego ao território familiar e comunitário é, na verdade, a única forma encontrada em muitos casos para constituir (ou reconstituir) o patrimônio familiar, mesmo que seja numa região distante.

Isto não significa dizer, entretanto, que não exista nenhum vínculo do agricultor com o entorno geográfico e socioeconômico específico onde se localiza sua propriedade, como pôde-se constatar, durante a pesquisa de campo, pelas queixas de alguns assentados acerca dos laços de

---

<sup>5</sup> Por meio desse processo, porções da “natureza” são dominadas e incorporadas aos “domínios humanos”, à sociedade (BRANDÃO, op.cit.). Essa incorporação se dá através da derrubada da mata e o subsequente cultivo da terra, transformando em “limpo” o que anteriormente era “sujo”.

amizade e das qualidades de sua região de origem. Por outro lado, em muitos casos tais laços não chegaram a se estabelecer, em função do estilo de vida “nômade” que eram obrigados a assumir.

A situação atual (“com terra”) é caracterizada como condição necessária ao acesso à segurança e tranquilidade almejados, sendo contraposta à situação anterior (“sem terra”), quando reinavam a insegurança e as incertezas.

*“Daí você não tinha sossego, só se batia, você não tinha parada, vivia rolando mesmo. Não tinha parada, não tinha lugar certo. Você ficava uns 6 meses num lugar, um pouco mais ou menos, já tinha que espirrar. (...) Daí eu digo, ‘sabe que a melhor coisa que é mesmo é você conseguiu um lugar prá você não vivê rolando ao menos, prá você vivê tranqüilo’ ”.*

Jorge<sup>6</sup>, assentado.

De acordo com BRANDÃO (1999), um mesmo pedaço de terra ganha significado e é merecedor de vínculos carregados ou não de motivação, de afeto e de sentidos, segundo o tipo de relação que o agricultor estabelece com ele. Assim, um trabalhador volante dificilmente será “amoroso” com uma terra que não lhe pertence e que é encarada unicamente como um local de trabalho temporário. Já o camponês proprietário da terra, valoriza também uma série de questões subjetivas relacionadas a ela, como o caso do “trabalho ancestral” presente naquele espaço<sup>7</sup>.

Contudo, BRANDÃO lembra ainda que a condição de proprietário ou arrendatário não é suficiente para o estabelecimento de relações de afeto com a terra. O autor cita o exemplo da pesquisa realizada no bairro dos Pretos, em Joanópolis/SP, onde os “batateiros” (principalmente os arrendatários) são vistos como o ator social mais desqualificado entre aqueles que lidam com a agricultura, em função da voracidade com que usam a terra para a obtenção de lucros rápidos. Tal atitude opõe-se às formas tradicionais de uso que “sobrepõem ao seu interesse de ganhos uma espécie de nem sempre confessado direito natural da terra a manter-se fértil, se possível para as gerações seguintes de outros donos, seus herdeiros” (BRANDÃO, op.cit.).

Mesmo que algumas atividades (como o cultivo da batata-inglesa) possam trazer melhorias no nível de vida dos agricultores, sua adoção leva em conta os efeitos que estas têm sobre o solo. Assim, muitos preferem abster-se do lucro imediato em prol da manutenção da qualidade de suas terras pois, como afirmou um agricultor entrevistado por BRANDÃO, “o dinheiro avoa, mas a terra da gente fica”.

### ***A evolução do campesinato?***

Embora muitas vezes os termos *agricultura familiar* e *agricultura camponesa* sejam utilizados como sinônimos, vários são os autores que criticam tal tipo de associação, dentre os quais destaca-se

<sup>6</sup> Todos os nomes de assentados citados nesse artigo são fictícios.

<sup>7</sup> BRANDÃO (op.cit.) estabelece seis categorias que representam graus diferenciados de acesso e relação com a terra: 1) *Eu e uma terra qualquer*; 2) *Eu e uma terra de alguém*; 3) *Eu e a terra de minha lavoura*; 4) *Eu e a terra de um meu*; 5) *Eu e a minha terra*; 6) *Eu e a terra dos meus*.

ABRAMOVAY (1998). Segundo ele, uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado e capaz de absorver os principais avanços tecnológicos, não pode de forma alguma ser considerada camponesa. Pelo contrário, o traço básico das sociedades camponesas é sua *integração parcial a mercados incompletos*. A integração parcial é representada pela flexibilidade das relações que o camponês mantém com o mercado: ele pode optar por não entregar seus produtos ao mercado, caso os preços não sejam compensadores<sup>8</sup>. O caráter incompleto ou imperfeito do mercado é dado pela existência e preponderância das relações de *dependência pessoal*.

Segundo ABRAMOVAY (op.cit.), a plena integração às estruturas nacionais de mercado, as mudanças na base técnica e principalmente no tipo de relações sociais, fizeram com que os camponeses dessem origem a uma nova categoria social: os agricultores profissionais. “Aquilo que era antes de tudo um *modo de vida* converte-se numa profissão, numa *forma de trabalho*” [grifos nossos].

Contudo, essa “transmutação” do camponês para o agricultor familiar não se deu de forma homogênea e linear<sup>9</sup>. Ainda hoje pode-se encontrar formas de agricultura familiar muito próximas ao *modelo camponês* e outras, ao contrário, bastante integradas ao mercado. Utilizando-se justamente do grau de integração ao mercado como parâmetro comparativo, LAMARCHE (op.cit.) criou um eixo no qual posiciona os diversos tipos de exploração familiar. Numa das extremidades do eixo, encontra-se o *Modelo Original*, considerado “um modelo anterior ao qual todo explorador, mais ou menos conscientemente, necessariamente se refere”. Na outra, localiza-se o *Modelo Ideal*, a imagem que todo “explorador” projeta para o futuro de sua “exploração” e à partir da qual organiza suas estratégias e decisões. Entre estes dois extremos, LAMARCHE estabelece 5 categorias de classificação das unidades familiares. Contudo, lembra o autor, o eixo não tem por objetivo estabelecer um padrão determinístico de evolução da agricultura familiar, com um ponto de partida e um ponto de chegada, mas sim mostrar que as “explorações” são influenciadas tanto pela *memória* (o patrimônio sociocultural passado de uma geração à outra) quanto pelo *desafio* (a visão futura da propriedade).

De maneira semelhante, WANDERLEY (1999) afirma que os “novos personagens” (os agricultores modernizados), ou pelo menos uma parte significativa desta categoria social, são resultado de uma *continuidade* e têm por base os camponeses ou outros tipos tradicionais. Como diz a autora, “os agricultores familiares modernos *enfrentam* os novos desafios com as *armas* que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo” [grifos no original].

Embora concordemos com a noção de continuidade, reconhecendo também na agricultura familiar uma série de características anteriormente apontadas para o campesinato, é preciso ter em mente a existência de diferenciações, oriundas principalmente do contexto atual. O que se pretende

---

<sup>8</sup> Isso é possível graças à *alternatividade*, que será melhor discutida quando tratarmos da questão da subsistência.

<sup>9</sup> Além disso, a origem dos atuais agricultores familiares também não é exclusivamente o campesinato, lembra LAMARCHE (1993).

aqui, mais do que encontrar uma conceituação precisa (o que, como já afirmado anteriormente, é improvável e indesejável) ou uma descrição detalhada, é indicar algumas peculiaridades que são atribuídas de forma quase que consensual à agricultura familiar.

Diversos autores, como é o caso de VEIGA (1996) e GUANZIROLI (1994), partem da comparação com o que eles chamam de “Modelo Patronal” para caracterizar a agricultura familiar (ou “Modelo Familiar”). O quadro abaixo sintetiza a descrição destas duas formas de produção.

*Quadro 1 - Comparação entre o Modelo Patronal e o Modelo Familiar.*

<b>Modelo Patronal</b>	<b>Modelo Familiar</b>
Separação entre gestão e trabalho	Íntima relação entre trabalho e gestão
Organização centralizada	Direção do processo produtivo é feita pelo proprietário e sua família
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho familiar predominante. Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra	Tomada de decisões “ <i>in loco</i> ”, condicionada pelas especificidades do processo produtivo
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos à propriedade

É claro que estas caracterizações acima listadas são bastante genéricas. A agricultura familiar é extremamente heterogênea, podendo se encontrar tipos mais próximos ao camponês ou mais integradas ao mercado, como descrito por LAMARCHE (1993). O aspecto positivo do quadro que pode-se destacar é o fato dele evidenciar a separação que existe entre a agricultura patronal e o que poderíamos chamar de *perfil familiar médio*.

Uma das características freqüentemente ressaltadas diz respeito à sua relação com o meio. Para VEIGA (1996), por exemplo, são imensas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, quando comparada à patronal. Tais vantagens são devidas principalmente à ênfase na *diversificação* e a maior *maleabilidade* de seu processo decisório. Adentramos aqui novamente num tema bastante controverso. Embora os agricultores familiares sejam muitas vezes culpados pela “degradação da natureza”, o que não deixa de ter sua parcela de veracidade, é necessário que se considere a marginalização socioeconômica a que são submetidos e que muitas vezes leva a efeitos ambientais adversos. Essa marginalização, afirmam WEID & ALMEIDA (1997), condena a agricultura familiar ao *ciclo da pobreza e da degradação ambiental*, já que, limitados no acesso à terra e às políticas de crédito e empurrados para ecossistemas frágeis, os agricultores acabam adotando estratégias de sobrevivência que resultam na rápida exaustão dos recursos naturais.



Contudo, o impacto provocado pelo pequeno agricultor acuada, ainda está longe de superar aquele decorrente das grandes explorações agropecuárias. Apenas para citar um exemplo, Leonard (1989, *apud* SIDERSKY, 1994) apresenta um estudo realizado na Amazônia em 1983, onde conclui-se que o desmatamento promovido pelos fazendeiros criadores de gado representou 60% do total.

De maneira nenhuma pretende-se escamotear a responsabilidade do segmento familiar na conformação da atual crise ambiental. Contudo, é preciso reconhecer que a adoção de práticas agrícolas ecologicamente equilibradas pressupõe a existência de sistemas de produção complexos, mas facilmente alcançáveis dentro da estrutura organizacional familiar. O grau de complexidade e interdependência de processos agrícolas equilibrados contraria os padrões de monocultura, produção em grande escala e trabalho assalariado, típicas da agricultura patronal. De forma semelhante, JEAN (1994) afirma que a agricultura familiar sempre esteve mais próxima de um “modelo” de agricultura sustentável, podendo, em função disso, “voltar” a ele ou aproximar-se dele facilmente.

Outra característica da agricultura familiar constantemente lembrada é o seu perfil distributivo. Mesmo ocupando uma área bem inferior à agricultura patronal, o número de postos de trabalho gerados é bastante superior. Segundo um relatório elaborado pela FAO em 1996 (*apud* ITESP, 1998), ocupando apenas 22% da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar emprega quase 14 milhões de pessoas, ou seja, 59% do pessoal ocupado no setor agropecuário. Por adotar sistemas de produção mais intensivos, informa GUANZIROLI (1994), este tipo de agricultura permite a manutenção de quase sete vezes mais postos de trabalho por unidade de área.

A intensividade dos sistemas de produção, aliás, é também um fator bastante marcante. Graças a isso, a participação da agricultura familiar na produção agrícola é muito maior, proporcionalmente, que a terra por ela trabalhada. De acordo com o estudo da FAO (1996, *apud* ITESP, 1998), ela produz 69% da mandioca, 45% do milho e 30% do leite. GUANZIROLI (1994) lembra ainda que em mais da metade das atividades a unidade familiar consegue rendimentos físicos superiores ou iguais à patronal.

Dessa forma, afirma MARTINE (1991), a tão propalada eficiência da grande propriedade rural em relação à pequena, nada mais é do que o resultado do seu poder em obter auxílios do Estado, ou seja, uma eficiência política e não econômica.

### ***Agricultura familiar e saber tradicional***

Segundo PAULUS & SCHLINDWEIN (2001), “a agricultura, antes de ser uma atividade essencialmente econômica, é uma atividade também cultural, e mais do que processos naturais, trata-se, fundamentalmente, de processos socioculturais, de uma construção humana”. Como tal, ela é fortemente influenciada pela carga cultural que carregam os indivíduos que praticam-na. De maneira semelhante, NAVARRO (1994) reafirma a existência de uma íntima inter-relação entre sistemas sociais

e ecossistemas agrícolas, bem como aponta para o fato de que a produção agrícola não é apenas o resultado das pressões ambientais, mas também das relações sociais que determinam o grau de artificialização e/ou manipulação de um dado meio físico. Existiria, segundo ele, uma coevolução integrada entre a cultura e o meio.

De acordo com SCHULTZ (1964), as práticas utilizadas pelos agricultores tradicionais permitem uma eficiente alocação dos recursos locais, sendo adequadas ao meio em que são criadas e aplicadas. Para GRZYBOWSKI (1987), essas práticas são fruto do *saber camponês* (ou *saber tradicional*), que tem sua lógica própria, decorrente das experiências acumuladas pelos agricultores em sua luta pela reprodução das condições de existência material e social. Esse saber caracteriza-se por ser heterogêneo, contraditório, difuso, dinâmico e com capacidade de renovação, em função de seu caráter prático e vivo. Ele é parte da cultura do agricultor e instrumento fundamental na elaboração de sua identidade social, de seu *ethos*<sup>10</sup>.

Graças às suas características específicas, o saber tradicional passa a ser cada vez mais valorizado em projetos e programas de pesquisa, extensão e desenvolvimento rural, sendo sua incorporação por parte das instituições e organismos uma necessidade para a construção de um novo paradigma (GUZMÁN, 2001; WEID & ALMEIDA, 1997)

Contudo, é necessário considerar que esse saber é *construído localmente* e sua validade não é universal, podendo a aplicação em contextos diferenciados resultar em problemas de adaptação. Como bem resume GUIVANT (1997), “cada prática faz sentido dentro de uma totalidade; portanto, seu isolamento pode torná-la prejudicial ou inócua dentro de um outro contexto espacial e temporal”.

Em função disso, GUIVANT (op.cit.) alerta para o fato dessa nova diretriz de atuação passar a privilegiar excessivamente o conhecimento local, adotando o pressuposto de que ele é sempre sustentável-holístico, em oposição ao conhecimento científico, identificado como predatório-parcial e julgado responsável pelos danos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da agricultura pós-guerra. Segundo Chambers (1983, *apud* GUIVANT, op.cit.), o conhecimento tradicional dos agricultores nem sempre se trata do mais válido ou útil e não nos é possível delinear a figura de um “camponês racional”, cujas ações seriam uma otimização perfeita de seus recursos disponíveis.

Também GRZYBOWSKI (1987) afirma que, reconhecer que os camponeses tem um saber próprio e que é necessário partir de tal saber na busca de formas alternativas de desenvolvimento, não deve levar a uma postura populista por parte dos técnicos. O saber tradicional não pode ser absolutizado, pois é limitado, e a superação de determinadas práticas é necessária até mesmo para que

---

<sup>10</sup> Segundo Gaiger (1994, *apud* TEDESCO, 1999), “o *ethos* é a característica, o estilo, a marca, o modo de ser, a sabedoria implícita ao domínio do conjunto de informações, de códigos e de modalidades mentais, operacionais e adquiridas ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto de saberes, um senso prático determinando”.

os agricultores se reproduzam como tal. Ainda segundo GRZYBOWSKI, os dois tipos de conhecimentos são importantes e deveriam ser considerados conjuntamente. Os conhecimentos técnicos, combinados com o saber adquirido na prática do dia a dia e sendo redefinidos por ele, seriam uma das condições necessárias à ampliação da capacidade de resistência e do espaço econômico da agricultura familiar na realidade rural brasileira, afirma o autor. Como diria Pharo (*apud* TEDESCO, 1999) “os novos saberes não se apreciam em função de sua adequação aos objetivos dos quais eles tratam, mas em função de sua adequação a sistemas de saber já existentes. O sistema de saber endógeno dos agricultores constitui o fio condutor de todas as aprendizagens da vida”.

Corroborando com tal afirmação, GUIVANT (1995) aponta para a ocorrência, em toda prática social, da reprodução das relações sociais dominantes e, ao mesmo tempo, da produção de novas relações. Ou seja, embora o agricultor adote algumas práticas ditas “modernas”, esta adoção não se dá necessariamente nos moldes pré-concebidos pelo modelo agrícola.

“Uma vez que nem todas as estratégias de manejo tradicional foram bem-sucedidas”, conclui NAVARRO (1994), “não se trata de reivindicá-las em bloco, mas sim de extrair aqueles princípios mais úteis daquelas que foram mais eficientes e também os ensinamentos pertinentes das que fracassaram”.

No entanto, o que foi observado durante a fase de ascensão da Revolução Verde (e em muitos casos continua ocorrendo atualmente), é uma completa desqualificação do saber tradicional enquanto forma de conhecimento legítimo. A rotulação desse saber como “atrasado” e “retrógrado”, tinha como complemento a exaltação do modelo da “agricultura industrial”, propagandeada como única alternativa possível para o setor agrícola. Dando sustentação a esses preceitos, está a visão de mundo *positivista* (também chamada de cartesiana), que assume a existência de uma realidade exclusiva e objetiva, à qual a ciência tem acesso privilegiado, através da experimentação (PINHEIRO, 1999). A aceitação de uma realidade única, pressupõe a existência de um também único conhecimento verdadeiro, que é, logicamente, o conhecimento científico.

A superação desta concepção deve, necessariamente, passar pela adoção e valorização de uma visão de mundo *construtivista*, que admite a multiplicidade de origens do conhecimento (científico, popular, subjetiva, emocional, etc.), o respeito às diferenciadas percepções e a possibilidade do conhecimento ser construído tanto individual quanto socialmente (PINHEIRO, *op.cit.*).

### ***“Eu digo, vou dar meu pulo aonde eu sei...”***

Segundo PAULILO (1994), os momentos de *ruptura* (como é o caso da conquista da terra) marcam a passagem para uma outra fase e são seguidos de tentativas de *nova organização*, em que influem tanto as *idéias novas* como as *experiências anteriores*. COUTO (1999), por outro lado, utiliza-se da noção de categoria *em construção* para analisar os assentados. Essa nova abordagem pressupõe

um *processo*, ao invés de uma *ruptura* drástica, uma vez que a simples ocupação de um espaço físico (o assentamento), por mais emblemática e carregada de simbologismos que possa ser, não é capaz de apagar de um momento para outro as características tradicionais, forjadas por todo um processo de interação histórica com o(s) espaço(s) que ocupavam anteriormente.

Como toda construção social, a agricultura é fortemente afetada pela carga cultural e pelos conhecimentos acumulados, pelo “saber fazer” dos indivíduos. No assentamento Domingos Carvalho, constatou-se que as duas principais atividades agrícolas atuais, o milho e o feijão, estão presentes no cotidiano da quase totalidade das famílias desde períodos anteriores ao seu assentamento.

*“Milho e feijão, na verdade, é uma cultura que a gente tem assim a anos”.*

Ademir, assentado.

Mais do que fontes de renda ou responsáveis pela subsistência das famílias, esses produtos fazem parte da própria cultura dessas pessoas. É uma tradição, passada de geração a geração.

*“Eu vou plantar essas culturas no meu terreno, porque essa é a minha, vou dizer... o que eu mais aprendi. No sistema de serviço de cultura, o que eu mais aprendi na minha vida... Por exemplo, meu pai, meus tios, até meu bisavô, o que eles me ensinaram foi plantá o milho, o feijão, o arroz, até a mandioca, a batata, o trigo”.*

Ulisses, assentado.

Costuma ser objeto dessa transmissão todo um *sistema* produtivo do qual fazem parte uma série de culturas, voltadas principalmente para a subsistência ou autoconsumo<sup>11</sup>. Contudo, dentro deste sistema, o milho e o feijão assumem uma posição de destaque, sendo os cultivos mais lembrados e valorizados pelos assentados. É necessário frisar que, dependendo da realidade específica de onde se origina o assentado, pode haver diferenças no peso atribuído a cada cultura. É o caso de um dos entrevistado que trabalhava na propriedade do pai, cuja principal atividade era a olericultura. Atualmente, embora também produza milho e feijão, o “carro chefe” da propriedade são as verduras, sendo ele o único que permanece com essa atividade para fins mercantis<sup>12</sup>.

COUTO (op.cit.), em sua tese de doutorado realizada num assentamento do município de Limeira d'Oeste/MG, verificou que os produtores analisados encontravam-se, no sentido cultural, ainda fortemente marcados por alguns produtos que faziam parte de sua esfera sócio-cultural, como por exemplo, o arroz, o feijão, a mandioca, o milho, a cana e o leite. Segundo a autora, a opção por esses cultivos parece ficar num plano de escolha *subjetiva*, fora da esfera da racionalidade econômica.

<sup>11</sup> Embora reconheçamos algumas diferenças entre estas duas noções ou categorias, neste artigo utilizaremos-nas como sinônimos.

<sup>12</sup> Durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento (PDA), a maioria das famílias optaram pela produção de olerícolas na forma de cultivo em estufa. Tal opção foi fortemente influenciada pelo vislumbre de uma atividade altamente rentável e de fácil manejo, bem como pelas experiências bem sucedidas em andamento nos assentamentos Justino Drazewski (Araquari/SC) e Conquista do Litoral (Garuva/SC). Entretanto, passado pouco mais de um ano após sua implantação, a atividade havia sido abandonada pela quase totalidade das famílias, em função de problemas técnicos (manejo inadequado), climáticos (seca, geadas) e de comercialização.

Diversos depoimentos conduzem à conclusão de que, na percepção dos assentados do Domingos Carvalho, o milho e o feijão encontram-se incorporados à unidade agrícola e o seu cultivo é inerente à própria condição de agricultor.

*“O milho e o feijão, esse vem... esse aí não é ninguém que vai dizê porque tem que plantá ou deve plantá. Porque faz parte da propriedade, o milho e o feijão. Porque, o feijão, a gente precisa comê. O milho, a criação precisa comê. Então, isso aí já é hereditário, né. Não tem como você dizê que não vai fazê isso. Se dá bastante ou dá pouco, mas é uma coisa que sempre você vai tê que produzi, o milho e o feijão”.*

Paulo, assentado.

Além da tradição, percebe-se que muitas vezes o que leva ao cultivo desses produtos é o próprio desconhecimento do itinerário técnico de outras atividades.

*“Por causa que ele é uma coisa que não tem preço e não tem nada, mas é a única que quem trabalhou na agricultura, sabe fazê isso. Coisa que, se der ou não, ele sabe fazê. Agora, não adianta nós pegá uma coisa prá querê fazê, que nós não sabemos”.*

Cláudio, assentado.

A precariedade (ou ausência) da assistência técnica na maioria dos assentamentos contribui para este tipo de ocorrência. No caso do Domingos Carvalho, quando os assentados começavam a colocar em prática as atividades planejadas no PDA (muitas delas desconhecidas, como a olericultura), no início do ano de 2001, o governo federal suspendeu o Projeto Lumiar, responsável pela assistência técnica. Nessa fase crítica, onde afloraram inúmeros questionamentos, os assentados sentiram-se desamparados e esquecidos, o que resultou em várias alterações nos planos iniciais.

Esse ambiente de dúvidas e incertezas expôs uma das características da racionalidade camponesa, abordada no início do artigo, e que pôde-se perceber presente também nos assentamentos: o comportamento *minimizador de riscos*. Embora existisse a possibilidade de implementar atividades mais rentáveis financeiramente, como a olericultura e a bovinocultura de leite (previstas no PDA), no momento da execução diversos agricultores recuaram e acabaram optando pelo milho e feijão, com os quais já estavam acostumados e cujo risco de prejuízos elevados é inferior às “novas” culturas, seja pelo domínio das técnicas produtivas, a garantia de comercialização, a possibilidade de armazenamento por períodos longos, ou mesmo os menores investimentos iniciais necessários.

*“Outra coisa, o senhor vê que, outra coisa a gente quase não lidava, só lidava com isso aí. Eu achei que, prá mim me boleá numa coisa que eu nunca fiz, tava sujeito eu não tirá nada. Como tem muitos aí que, eles quis a horta, [e agora] tá parado, não tirou nada. Esse é o meu pensamento. Se eu planto planta de grão, se eu não tiro muito, mas ao menos um pouco, ao menos prá comê eu tiro”.*

Darci, assentado.

A segurança alimentar mostrou-se uma preocupação bastante presente no discurso dos assentados, mesmo porque a maioria passou por situações bastante precárias no período de acampamento e ainda mantém viva essa memória.

***“Porque tudo que vem por cima da subsistência é lucro...”***

Uma das formas usualmente empregadas para classificar a agricultura familiar em diferentes categorias, é por meio de seu grau de integração ao mercado. Um agricultor capitalizado (também chamado de *consolidado*) pressupõe a existência de fortes vínculos com o mercado e o total direcionamento das atividades agrícolas para fins mercantis. Da mesma forma, acredita-se que o agricultor descapitalizado (*periférico*) seja aquele cujas atividades destinam-se prioritariamente (ou exclusivamente) à subsistência da família. No entanto, como revelou a pesquisa realizada nos assentamentos de reforma agrária em 1992 pela FAO (FAO/PNUD, 1992), a *renda de autoconsumo*<sup>13</sup> (ou simplesmente “renda consumo”) representa 37,01% da renda total em poder das unidades familiares dos assentados. O que mais chama a atenção é o fato dos maiores percentuais de renda de autoconsumo estarem concentrados nas regiões Norte, Sul e Sudeste, justamente aquelas que, de acordo com a mesma pesquisa, apresentam as maiores rendas totais. Essa constatação rompe com o mito de que as práticas de autoconsumo estariam associadas às unidades mais pobres e que a melhoria do padrão de vida resultaria, necessariamente, na redução do autoconsumo. GARCIA JR. (1994) lembra ainda que a forma utilizada para calcular a “renda consumo” acaba por subestimar a sua importância, haja vista que o cálculo leva em conta o valor que seria obtido pela venda dos produtos consumidos pela família, quando na verdade deveria tomar os preços médios ao consumidor. A razão óbvia, afirma o autor, “é que a renda do produto comercial teria que permitir uma quantidade maior ou igual dos produtos de consumo que poderiam ser obtidos diretamente com os mesmos recursos e esforços”.

ABRAMOVAY (1994) de certa forma ameniza tais críticas ao tratar a imputação “arbitrária” de valor monetário ao autoconsumo como um ‘mal necessário’. Segundo ele, essa é a única forma de levar em conta a especificidade desse objeto de análise.

Ressaltando sua importância, COUTO (1999) aponta o autoconsumo como uma das principais estratégias de sobrevivência e permanência do grupo familiar na propriedade. No entanto, há uma grande diversidade entre os estabelecimentos no que se refere aos tipos de produtos consumidos, proporção e, principalmente, o significado desta prática para os diversos produtores. No Brasil, esta prática está associada principalmente à necessidade de garantir a alimentação de base da família<sup>14</sup>.

Segundo ABRAMOVAY (1994), a questão fundamental que deve ser observada não é o autoconsumo em si, presente em praticamente todas as unidades de produção agrícola, mas sim a *flexibilidade* entre consumo e venda de um produto, em função de circunstâncias ocasionais. Para

---

<sup>13</sup> “Renda de autoconsumo é a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção. As quantidades consumidas são avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda da produção. Ou seja, trata-se da renda que o agricultor obterá se vendesse, ao invés de consumir, essa parcela da produção” (FAO/PNUD, op.cit.).

<sup>14</sup> Para maiores informações, ver WANDERLEY (1995).

reforçar a sua idéia, o autor cita o exemplo da produção de mandioca no Nordeste, em que o agricultor pode “jogar” com as condições de mercado e optar pela venda ou consumo direto, dependendo do momento. Caso o mercado não seja propício, o objetivo central de abastecer e garantir a sobrevivência da família não estará comprometido. Isto explicaria, por exemplo, o fato da mandioca ocupar um espaço tão crucial na vida desses agricultores, em detrimento de outras culturas teoricamente bem mais rentáveis. No caso do Domingos Carvalho, a opção pelo cultivo do milho e feijão e a oposição destes ao fumo, bastante comum, pode também ser explicada por este mecanismo.

*“É, a gente plantava... por exemplo, o suficiente prá casa, a lavoura, né. Milho, feijão, essas coisas a gente plantava. Porque o fumo era um recurso que vinha, mas a gente tinha que... prá panela a gente tinha que fazê diferente”.*

Paulo, assentado.

O que torna possível a flexibilidade entre produção e consumo é a *alternatividade* de algumas culturas alimentares. Conforme GARCIA JR. (1983), a alternatividade é a propriedade apresentada por alguns produtos agrícolas de terem utilidade dupla, servindo tanto para a venda como para o consumo direto. Essa característica reforçará a presença desse tipo de cultura nas propriedades, em relação àquelas tipicamente comerciais. Esse é o caso do milho, do feijão e também do arroz. Essas três espécies, amplamente cultivadas no assentamento pesquisado (especialmente as duas primeiras), constituem o núcleo central de quase todas as unidades produtivas. As características intrínsecas a elas, como a durabilidade (possibilidade de armazenagem), facilidade de comercialização e, principalmente, as suas inúmeras utilidades, foram bastante ressaltadas pelos assentados.

*“É porque a coisa que você mais usa é o milho e o feijão. O feijão ninguém passa sem ele, o milho a mesma coisa. O milho tem que ter. Tanta coisa dá prá fazer do milho: o fubá, a quirela, tanta coisa sai do milho. É uma coisa que a gente tem que plantar toda vida”.*

Renato, assentado.

Chamou-nos a atenção o comentário de um assentado a respeito da soja. Parece que o fato do autoconsumo da soja, embora possível, não ser tão comum no cotidiano dos agricultores daquela região, é responsável por um certo “rebaixamento” dessa cultura na escala de valorização moral e utilitária dos produtos agrícolas, incutida na mentalidade destes.

*“E hoje a planta que tem mais é o milho e o feijão. E aí tem a soja, só que... Eu não vou dizer que a gente não plante soja, mas o nosso objetivo é mais assim prá parte que dá alimento. Que nem o milho, você usa prá criação, tudo. O feijão o pessoal consome, na cidade, em toda parte”.*

Wilson, assentado.

O milho adquire o *status* de cultura nobre no imaginário dos agricultores. Ele traz consigo um *valor moral*, que lhe é atribuído em função de sua importância como base de manutenção da unidade familiar. TEDESCO (1999), em trabalho realizado com os *colonos* do Nordeste do Rio Grande do Sul, constatou que para esses agricultores, o milho tem prioridade na ocupação dos espaços de roça

disponíveis num determinado ano agrícola, pois é o produto que articula um sistema de relações sociais e de trabalho. “Estar com o paiol cheio de milho”, afirma TEDESCO, “possui um significado além do econômico e simbólico; significa segurança alimentar (animais e família), significa expressão de trabalho”. Mesmo que o milho tenha um custo de produção semelhante à outras culturas (como a soja) e um preço de venda não muito animador, a diminuição de sua área de plantio leva em conta a importância alimentar do produto para o consumo interno, sendo esta responsável pelo estabelecimento do limite de redução.

*“Isso aí a gente sempre precisa mesmo plantá, porque nós tinha as vaca também. Tem as criação daí a gente se obriga a plantar milho...”*

Alves, assentado.

TEDESCO (op.cit.) aponta ainda mais duas vantagens do milho: a possibilidade de “armazená-lo” na roça, por meio da dobra da planta, o que torna viável a colheita no inverno (época de menos atividades); e a utilização dos restos culturais do milho na alimentação do gado leiteiro em períodos de carência de pastagem. Dessa forma, o milho viabiliza uma atividade que vem sendo responsável pela manutenção<sup>15</sup> de um grande número de agricultores no meio rural: a produção de leite.

*“Nós tinha a discussão também de vender leite. Aí nós pensamo de plantá milho pro consumo. Tipo prá silagem, ração. (...) Parte do leite ia ficar pro consumo e parte nós venderia”.*

Osmar, assentado.

Não é apenas a produção leiteira que é viabilizada pelo milho. Também a criação de aves e de suínos, seja para o consumo da família ou para a comercialização, somente é possível, na opinião dos assentados, graças à existência do milho.

*“No caso do milho. nós pretendemo colocar o chiqueirão dos porco e [o milho] ser mais usado no consumo, e daí vender os porcos. Não vender o milho”.*

Ana Rita, assentada.

Da mesma forma que o milho, também o feijão recebe um tratamento bastante especial. Embora não tenha uma gama de utilidades tão grande quanto o milho, sua presença quase que obrigatória nas refeições diárias faz dele a base alimentar dos agricultores assentados, sendo em alguns casos consumido até mesmo no café da manhã, na forma de um prato denominado “virado”.

Em pesquisa realizada no Nordeste gaúcho, TEDESCO (1999) observou também que o feijão é o alimento presente todo o dia. Para os colonos, ele adquire um sentido prático-simbólico por se tratar de uma comida *pesada*, que sustenta e dá força para suportar a exaustiva jornada de trabalho.

O fato de comercializar ou consumir um produto, lembra ABRAMOVAY (1994), não significa que o agricultor desconsidere a existência do mercado, mas sim que ele adota uma estratégia em que

---

<sup>15</sup> Não apenas pelo uso da palhada e dos restos culturais, mas também por meio do consumo direto dos grãos (na forma de ração) ou produção de silagem.



o grau de integração ao mercado não é dado de antemão. Esta parcialidade é permitida, entre outras coisas, pelo fato de que uma grande parte dos meios de produção utilizados pelo agricultor não são comprados. É o que Tepicht (1973, *apud* SIDERSKY, 1994) chama de “autoconsumo intermediário”: a substituição de insumos comprados por aqueles passíveis de serem obtidos no interior da propriedade. GARCIA JR. (1983), de maneira semelhante, afirma que “pode-se observar que a regra fundamental é a utilização intensiva dos recursos disponíveis, limitando-se as despesas em dinheiro”. Esta, segundo ele, é uma “condição básica de seu cálculo, para não depender a sua condição de pequeno produtor das flutuações do mercado dos produtos do seu trabalho”.

MARTINS (1986), por outro lado, parece desconsiderar o princípio da alternatividade. Ao relatar a pesquisa realizada no Alto Paraíba (São Paulo), ele utiliza-se da expressão *economia de excedentes* para caracterizar o tipo de relação dos “caipiras” daquela região com o mercado. Segundo MARTINS, de forma alguma trata-se de uma economia de subsistência, pois estes produtores encontram-se integrados no mercado. O que se verifica é a comercialização de excedentes agrícolas e pecuários, uma vez assegurada previamente a produção direta dos seus meios de vida. Contudo, “o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos *fatores de produção excedentes* dos que foram utilizados na subsistência” [grifos nossos].

Diversos casos observados no assentamento Domingos Carvalho, entretanto, não se enquadram no quadro teórico formulado por MARTINS. Vários foram os assentados que afirmaram cultivar determinados produtos (especialmente o milho e o feijão) com o intuito principal de alimentar a família (ou as criações animais) e, havendo sobras, comercializá-las.

*“A gente escolheu só pela necessidade mesmo. O feijão é prá se manter. E o milho é prá criação. Só que ainda sobrou e a gente vendeu”.*

Neusa, assentada.

Essa prática de vender apenas o que “sobra” do autoconsumo, está presente também na fase anterior ao assentamento de um número significativo de entrevistados, como pode-se constatar pelo relato transcrito abaixo.

*“Nós, assim, produzia prá nossa subsistência e o que sobrava nós vendia, nós trocava. Vendia no próprio mercado que ficava mais perto, mais próximo, dava uns 12 km de distância de lá onde nós tava. Então, era nosso jeito de sobreviver lá”.*

Marcello, assentado.

A segurança alimentar, como já foi dito anteriormente, é uma questão bastante valorizada entre os assentados. A base está no “dueto” milho-feijão, mas uma série de outras culturas complementam o cardápio da família. As principais são o arroz, a mandioca, a batata-doce, a batata-inglesa, a batata-salsa e uma grande diversidade de verduras.

O grau de independência em relação ao mercado é exaltada como uma virtude, um sinal da eficiência e capacidade do produtor. Como uma forma de valorizar a sua condição de agricultor, são freqüentes também as comparações com os assalariados urbanos. A possibilidade de produzir seus próprios alimentos e de prover seu sustento com um mínimo de desembolso de dinheiro é ressaltada e contraposta à excessiva monetarização das relações e custo de vida elevado das cidades.

*“Não tem perigo de você passá fome. Na cidade, se você ganha meio pouco, tem perigo de você passá fome. Aqui, se não tem dinheiro, pelo menos fome a gente não passa. Produz meio de tudo prá comê”.*

Juares, assentado.

A importância da produção de autoconsumo é também salientada frente às inconstâncias e instabilidades socioeconômicas que afligem o país e o mundo nos últimos tempos.

*“Se tocá de dá uma crise, pelo menos prá comida ele [o agricultor] tem. É só mexer, porque faltar comida não falta”.*

Valmir, assentado.

Em diversos relatos também se fez presente a preocupação com a saúde e a qualidade dos produtos consumidos. Nesse sentido, o fato de conhecer a origem e a forma como são produzidos os gêneros alimentícios que consome traz a sensação de segurança e de tranquilidade, que estão longe de ser experimentada pela maioria dos consumidores urbanos.

*“Quando você desenvolve a agricultura, você desenvolve a saúde. O que produz da lavoura, você se alimenta”.*

Carlos, assentado.

### ***Considerações finais***

A determinação do tipo de atividade agrícola (e da forma de manejo) a ser adotada por um agricultor, é permeada por uma série de critérios e parâmetros, tanto *objetivos* (rendimento, produtividade, etc.) quanto *subjetivos* (tradição, valores culturais, apego, etc.). No caso dos agricultores beneficiários do processo de reforma agrária, a questão torna-se ainda mais complexa. Embora o processo de luta pela terra promova alterações significativas no modo de agir e de pensar dos sujeitos *Sem Terra* (sendo a conquista da terra, inclusive, considerada um momento de *ruptura* por alguns autores), percebe-se que uma vez assentados, muitos buscam reproduzir o “modelo” da agricultura familiar no interior do assentamento. Dessa forma, os valores e a carga cultural típicos deste *modo de vida*, associam-se às inovações introduzidas durante a longa “caminhada” em busca da terra, na conformação dos *processos decisórios* responsáveis pelas opções dos “novos” agricultores.

Nesse sentido, buscou-se neste artigo discutir e avaliar o grau de importância desta bagagem histórica e cultural em tais processos. Primeiramente, considerou-se premente apreciar os fatores que regem o comportamento camponês, uma vez que vislumbramos no campesinato o principal elemento formador do que atualmente conceituamos como agricultura familiar. Sua importância está não apenas

em ter dado origem à agricultura familiar, mas ter lhe transmitido uma série de características que reconhecemos com próprias desta (e que lhe conferem um alto grau de aceitação social).

Dentre estas características, duas se destacam e mereceram atenção especial no texto: o saber tradicional e a lógica de subsistência, bastante presente na unidade familiar.

No caso do Assentamento Domingos Carvalho, esses dois fatores parecem ter sido determinantes na escolha, por parte da quase totalidade das famílias, do milho e do feijão como as culturas centrais e dominantes de cada unidade. O temor do desconhecido (e duvidoso), o medo da fome e da miséria (lembança ainda viva na memória da maioria), a falta de apoio técnico em alguns momentos cruciais na fase de pós-assentamento e o valor simbólico associado a essas culturas, são alguns aspectos passíveis de serem extraídos do discurso dos assentados.

No entanto, é necessário salientar que, por tratar-se de um assentamento recente (criado em 1999), é normal uma certa instabilidade nesta fase inicial. Embora a maioria dos assentados seja oriunda de municípios próximos, a falta de conhecimentos agroambientais específicos sobre aquela área obriga-os a realizar tentativas de adaptação e interação. O fracasso numa dessas tentativas (a olericultura), resultou no retorno às culturas tradicionais e históricas, cujo manejo lhes é familiar.

Tais constatações, mostram-nos a relevância de buscar na trajetória de vida elementos para a compreensão dos comportamento atuais dos sujeitos sociais, bem como para a formulação de propostas de intervenção numa determinada realidade.

### ***Referências bibliográficas***

ABRAMOVAY, Ricardo. Comercialização e Clientelismo. In: ROMEIRO, Ademar *et al.* (orgs.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda; o Relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

BRANDÃO, Carlos R. **O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

COUTO, Andréia T. **Produção familiar e estratégias de reprodução social em assentamentos rurais**. 1999. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Univ. Estadual de Campinas, Campinas.

FAO/PNUD. **Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. - Vol. I, Brasília: FAO/PNUD [s.l.:s.n.], 1992. Relatório Final - Versão Preliminar.

GARCIA JR., Afrânio. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. Geração de Rendas, sua Distribuição e Trajetórias Diferenciais em Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil (1985-1989): Comentários Sobre um Estudo da FAO. In: ROMEIRO, Ademar *et al.* (orgs.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda; o Relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

GRZYBOWSKI, Cândido. O Saber dos Camponeses em Face do Saber dos Técnicos. **Revista Fase**, Rio de Janeiro, s/n, 1987.

GUANZIROLI, Carlos E. Porque a agricultura familiar. In: UNIVERSIDADE ABERTA - Nordeste. **Reforma Agrária e Desenvolvimento**, Fascículo 1, [1994?]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 08/02/2002.

GUIVANT, Júlia S. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIOLA, Eduardo J. *et al.* **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.3, 1997.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: Emater/RS, v.2, n.1, jan./mar. 2001.

ITESP. **Construindo o Futuro: política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados**. São Paulo: Itesp, 1998. (Série Cadernos Itesp/Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania, n.10).

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.6, 1994.

LAMARCHE, Huges (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. (Tomo I)

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova**, n.23, março de 1991.

MARTINS, José de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

NAVARRO, Manuel G. Molina. Agroecologia: bases teóricas para uma história agrária alternativa. **Agroecologia e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n.2, nov. 1994.

PAULILO, Maria Ignez S. Os Assentamentos de Reforma Agrária como Objeto de Estudo. In: ROMEIRO, Ademar *et al.* (orgs.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda; o Relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

PAULUS, Gervásio; SCHLINDWEIN, Sandro L. Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura? In: **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul/set de 2001.

PINHEIRO, Sérgio L.G. Desenvolvimento rural sustentável: uma oportunidade de construção social participativa. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v.12, n.4, dez. 1999.

SCHULTZ, Theodore. **A Transformação da Agricultura Tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SIDERSKY, Pablo. **Agricultura familiar: uma opção para o Brasil; subsídios para o debate sobre um programa de governo progressista para o campo**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. Textos para debate, 53.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família; racionalidade produtiva e *ethos* camponês**. Passo Fundo: EdUPF, 1999.

VEIGA, José Eli da. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Caxambu: XX Encontro Nacional da ANPOCS, outubro de 1996. [mimeo]

WEID, Jean Marc von der; ALMEIDA, Sílvio G. de. Agricultura. In: FÓRUM Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Brasil Século XXI: Os Caminhos da Sustentabilidade Cinco Anos depois da Rio-92**. Rio de Janeiro: Fase, 1997.

WANDERLEY, Maria N.B. Pequena produção: uma perspectiva comparativa. In: VILLAS BÔAS, Gláucia; GONÇALVES, Marco A. (org.). **O Brasil na virada do século; o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João C. **Agricultura familiar; realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EdUPF, 1999.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia. In: **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Ed. UnB, 1990.